

OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS

Autor(res)

Thiago Caetano Luz
Ana Vitória Castelo Branco De Oliveira
Maria Vitória Pereira Braga Da Silva
Ludmila Dos Reis Ferreira
Adélia De Araújo Morbeck
Camila Correia De Assis
Rodrigo Raniery Da Silva Dantas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

As obrigações tributárias são os deveres que o Estado impõe aos contribuintes para financiar as atividades públicas. O sistema tributário é fundamental para administração, garantindo recursos para serviços essenciais. O CTN (Lei nº 5.172/66) estabelece as regras dessas obrigações, que decorrem do fato gerador, e o não cumprimento das implicações financeiras. Compreender a classificação (principal e acessória), os elementos (sujeitos, fato gerador, base de cálculo, alíquota), as formas de extinção (pagamento, compensação, etc.) e a responsabilidade tributária (substituição, transferência, solidariedade) é crucial para contribuintes e profissionais, transferindo a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico. Este estudo explora esses aspectos, oferecendo uma base teórica sólida e reforçando a importância da conformidade fiscal.

Objetivo

Nossa meta com este estudo é analisar os pontos-chave das obrigações tributárias, o que inclui como são específicos, seus componentes essenciais, as formas pelas quais deixam de existir e quem é o responsável por elas. Entendendo melhor esses aspectos, a ideia é fornecer uma base teórica sólida e sublinhar o papel crucial da conformidade fiscal para a segurança jurídica e o crescimento da economia.

Material e Métodos

A presente investigação desenvolveu como metodologia a revisão bibliográfica abrangente e a análise documental da legislação tributária pertinente, com foco primordial no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). A revisão bibliográfica consiste na exploração sistemática de obras doutrinárias de renomados autores da área do Direito Tributário, bem como de artigos científicos que abordam a temática das obrigações tributárias em suas diversas nuances. A seleção do material bibliográfico priorizou autores de expertise e obras reconhecidas que oferecem uma análise aprofundada dos conceitos e institutos jurídicos relacionados ao tema. Paralelamente, procedeu-se a uma análise minuciosa do texto legal do Código Tributário Nacional, identificando e interpretando os dispositivos



que fundamentam a classificação, os elementos constitutivos, as formas de extinção e a responsabilidade tributária. A articulação entre a análise doutrinária e a interpretação da legislação objetivou construir um arcabouço teórico sólido e consistente para a discussão dos resultados e a consecução dos objetivos propostos neste estudo.

Resultados e Discussão

A análise revela a distinção entre obrigações tributárias principais (pagamento de tributo/multa, extinção por adimplemento) e acessórias (deveres formais para fiscalização, descumprimento gera sanção pecuniária), conforme art. 113 do CTN.

Os elementos constitutivos (sujeito ativo/passivo, fato gerador, base de cálculo, alíquota) são cruciais para a aplicação segura do direito tributário, definindo os aspectos essenciais da obrigação.

A extinção do pagamento, da compensação, da transação, da remissão, da prescrição (5 anos para cobrança) e da decadência (perda do direito de lançamento no prazo legal), nos termos do art. 156 do CTN.

A responsabilidade tributária (arts. 128-138 do CTN) define as obrigações de terceiros por substituição, transferência (sucessão) ou solidariedade.

Em resumo, a seção articula a natureza dual da obrigação, seus elementos para a certeza jurídica, as formas de extinção e as modalidades de responsabilização fiscal.

Conclusão

A análise das obrigações tributárias revela a importância de compreender sua classificação, elementos e formas de extinção para a aplicação correta do sistema tributário. Distinguir obrigações principais e acessórios, e entender a responsabilidade pelo pagamento, é crucial para o cumprimento das normas fiscais, garantindo arrecadação eficiente e controle da administração pública. As diversas formas de extinção buscam um sistema justo. O estudo aprofundado oferece base teórica essencial para profissionais, fortalecendo a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico nacional.

Referências

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
BRASIL. Código Tributário Nacional . Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.
CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
MACHADO, Hugo de Brito. Aspectos Fundamentais do Direito Tributário . 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito Tributário . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário . 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.